

Covas abre a campanha da tribuna

MARCOS HENRIQUE



Modificado várias vezes, o discurso de Covas revelou suas idéias

Afirmado a disposição de combater sem trégua a corrupção, defendendo princípios ecológicos e melhor remuneração para o magistério e manifestando-se claramente a favor do parlamentarismo, o senador Mário Covas (SP) fez ontem, no Senado, seu discurso de candidato do PSDB à Presidência da República.

Apartado por vários senadores — Maurício Corrêa (PDT-DF), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Divaldo Suaragy (PFL-AL) e Humberto Lucena (PMDB-PB) que exaltaram suas qualidades morais e cívicas, Covas teve a consagração de seu discurso quando o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) afirmou:

“V. Exa. voou como um tucano, um tucano que tem rumo certo e tem um voo estratosférico”.

Covas acentuou, de início, que estava começando a campanha eleitoral e que todos os candidatos tinham de expor suas idéias, demonstrando a coerência entre o discurso e o passado. “A hora da opinião cessa para dar lugar à hora do julgamento” observou. “Asseguro — enfatizou — que é possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança”.

O País, a seu ver, “precisa e está ansioso para ter governo”. “Eleito, exercerei a autoridade sem autoritarismo, com base na legitimidade conferida pelo voto popular, com a credibilidade dos que conhecem o valor da palavra pública e o sagrado compromisso que ela envolve. Jamais nomearei alguém pelo fato de ser meu amigo ou amigo de meus amigos”, prometeu.

“Não basta — frisou — considerar

a conjuntura para responder o que se faz quando se é governo. Um estadista tem o dever de conhecer a direção para a qual a sociedade deseja caminhar. Ser nacionalista, hoje, é defender uma política nacional de desenvolvimento. Não é hora de se querer simplesmente reformar o passado. Nem de se conformar com o presente. E a hora de atualizar objetivos, antecipando o futuro.

O Brasil — afirmou logo depois — precisa importar mais do que faz atualmente. Não podemos ser a 25ª Nação exportadora do mundo e, ao mesmo tempo, exibir o terceiro superávit comercial, ultrapassado apenas pelo Japão e Alemanha. Temos que exportar bastante para importar bem mais que hoje, a fim de aumentar a produção interna, trazer tecnologia moderna e aliviar as finanças do Governo”.

PARLAMENTARISMO

Depois de enfatizar que “serão bem-vindos investimentos estrangeiros, dentro das normas constitucionais” e que “do exterior o Brasil quer meios de produção, quer sócios e não credores”, o senador Mário Covas prometeu dar “passos ousados para atrair capitais de risco, desenvolvendo nosso comércio exterior e aliviando a dívida”.

“Basta — disse — de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção e subsídios do Governo a atividades econômicas já amadurecidas”.

Sem referência direta, Covas contestou a propaganda do Governo sobre o crescimento agrícola, dizendo: “Sabem, os que me ouvem, que a produção agrícola, nesta década, cresceu anualmente, per capita, a um ritmo menor do que entre 1947 e 1980”? “Implantarei a reforma agrária como um grande programa social, assentando na terra os que precisam e podem trabalhar nela”, prometeu.

Em seu governo, disse, o professorado terá um tratamento especial, pois não pode continuar sendo explorado. “Não é uma vergonha que apenas 20 por cento dos adolescentes de 15 a 19 anos frequentam escola secundária?”, indagou ao defender uma revolução educacional. Entre as “reformas políticas que assegurem governabilidade e institucionalização da democracia”, o senador Mário Covas destacou a introdução do parlamentarismo.

Essa será como determina a Constituição: através do plebiscito e com uma simultânea reforma administrativa que assegure a permanência de um corpo de funcionários concursados para dar continuidade à administração.

“Trago o compromisso pessoal e partidário no sentido de propor ao Congresso a antecipação do plebiscito, de modo que o próximo Congresso seja eleito sob a égide do parlamentarismo, a ser implantado no ano de 1991. Até lá a reforma administrativa estará em vigor”.

Covas, que defendeu também a reforma partidária e eleitoral, com sistema distrital misto, disse que “a ética deve revelar-se na conduta, sem maiores questionamentos”.

231